

Afonso Quental, Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas

“Os balcões nos Açores estão nos limites, não admitimos mais rescisões”



Afonso Quental, coordenador da Secção Regional de Ponta Delgada do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, afirmou ao Diário dos Açores que os balcões bancários na Região “estão mais do que espremidos em termos de recursos humanos, não se justificando mais reduções de pessoal”.

Afonso Quental comentava, assim, a decisão do Santander Totta, que está a propor rescisões por mútuo acordo a parte dos seus trabalhadores.

O Santander Totta é o maior banco a operar nos Açores e a decisão está a causar alguma apreensão, apesar de, segundo o dirigente sindical ao nosso jornal, desconhecer-se ainda quantos trabalhadores nos Açores serão abrangidos por esta medida.

“Sabemos que a medida deverá abranger cerca de 1.200 trabalhadores, num universo de cerca de 6 mil a nível nacional, pelo que vamos aguardar a ver o que poderá caber aos balcões dos Açores”, acrescenta Afonso Quental.

res”, acrescenta Afonso Quental.

O dirigente sindical açoriano apela aos colegas abrangidos por aquela decisão para não assinarem nenhum compromisso com a empresa, sem antes contactarem os serviços do Sindicato.

“Os balcões açorianos estão nos limites e não admitimos mais rescisões”, alerta Afonso Quental.

Muitos trabalhadores do Banco Santander Totta estão a ser convocados para uma reunião com os recursos humanos, na qual está também presente um consultor externo.

O objectivo, segundo fonte sindical, é apresentar-lhes uma proposta de rescisão por mútuo acordo, tendo como contrapartida uma indemnização.

O Santander, um dos mais discretos na realização deste tipo de processos, tem um dos maiores quadros de pessoal no sector bancário, depois das integrações do Popular, em 2017, e de parte dos trabalhadores do Banif, dois anos antes.

Em Junho, o banco contava com 6.119 funcionários, número que representava já uma descida de 150 profissionais no espaço de um ano.

No final de 2017, o número superava os 6.700 colaboradores.

Só que mesmo antes disso já havia vários bancos na origem, que trazem um histórico diferente aos seus trabalhadores: Crédito Predial Português, Banco Totta & Açores e Banco Santander de Negócios.

O banco não revelou quantos trabalhadores são visados neste processo, ripostando que está a contratar funcionários (para áreas onde está mais desfalcado numa altura de transformação digital).

O corte de custos é um objetivo dos bancos, para alinhar com as receitas esmagadas ditadas por juros em mínimos, bem como há também um fecho de balcões com a migração de muitos clientes para o canal digital.

300 enfermeiros escrevem carta aberta a Vasco Cordeiro

Tendo em conta as declarações públicas por parte da Secretária da Saúde, Teresa Luciano, referentes à valorização profissional dos trabalhadores da área da Saúde dos três hospitais da Região com Contrato Individual de Trabalho por tempo indeterminado, cerca de trezentos enfermeiros da Região decidiram enviar uma carta aberta ao Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro.

Para os representantes deste grupo, “é fundamental que a realizar-se um acordo coletivo de trabalho, sejam ouvidos todos os sindicatos que já demonstraram vontade para tal e que sejam tomadas providências para que, primeiro, não aconteçam assimetrias e desigualdades como no passado aquando do Bónus César, segundo, que esta manifestação pública não seja apenas uma intenção eleitoralista que fique depois sem data para entrada em vigor”.

A referida carta, enviada também ao nosso jornal, recorda que “em Março de 2019, o Governo da Madeira apresentou uma proposta idêntica para os Enfermeiros madeirenses, e neste momento ainda não o concretizou, sendo que o objetivo desta carta aberta é que haja um compromisso público de que será para cumprir”.

O grupo mostra ainda disponibilidade para apresentar o levantamento que



fez relativamente às diversas realidades contratuais dos CIT açorianos, para que desta forma haja justiça na atribuição da pontuação.

Na referida carta a Vasco Cordeiro, os 300 enfermeiros solicitam que o Presidente do Governo intervenha no sentido de que “seja colocado por escrito a intenção imediata do Governo Regional em levar a cabo esta acção de relevância de tempo num período inferior a 3 meses”,

que “seja feito um levantamento efectivo das diversas realidades no terreno, situação essa que o grupo que assina esta carta já fez e poderá disponibilizar”, que “sejam todos em conta os dois sindicatos que publicamente já demonstraram interesse pela resolução do assunto, nomeadamente o SEP e o Sindepor”, e que “haja efectivação desta medida anunciada no prazo máximo de 3 meses”.

Recorde-se que há poucos dias o Go-

verno Regional decidiu que todo o tempo de serviço dos enfermeiros em contrato individual de trabalho nos hospitais da Região irá ser considerado para efeitos do enquadramento salarial.

A decisão é extensível a todas as outras carreiras dos profissionais da saúde nas mesmas condições.

A Secretária Regional da Saúde anunciou, em conferência de imprensa, que “o Governo dos Açores, de acordo com um critério de igualdade, uniforme e transversal a todas as carreiras, reconhece a todos os trabalhadores dos três hospitais da região com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado a relevância de todo o tempo de serviço prestado entre 2007 e 2018 para efeitos de valorização remuneratória”.

O Sindicato reagiu, afirmando que “independentemente das motivações que estão por detrás da decisão, não restam dúvidas que tal só foi possível porque a estratégia de luta deste sindicato levou a que nas últimas 3 semanas as reivindicações dos enfermeiros, justas e fundamentadas, estivessem permanentemente nos meios de comunicação social, com grande aceitação e compreensão por parte da população. Lamentamos que a decisão não tenha sido tomada 48 horas mais cedo”.